

YINGWE MICROBANCO,S.A

Relatório de Gestão

Morrumbene, aos 31 de Dezembro de 2023

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caros Accionistas

O Yingwe -Mcb é uma sociedade do tipo microbanco, constituída a 25 de Abril de 2008, com visão de liderar a oferta de serviços micro financeiros periurbanos e rurais na província de Inhambane.

O Conselho de Administração apresenta com alguma satisfação, as principais realizações do resultado económico e financeiro do Yingwe Microbanco referente ao exercício económico de 2023.

Verificou-se no exercício findo de 2023, uma tendência estacionária dos pressupostos da conjuntura económica, designadamente a crise de salários na função pública, a subida de preços de produtos no mercado, em particular a depreciação do metical face as moedas internacionais, principalmente o dólar.

Estes factores, afectaram de forma significativa os indicadores de crescimento previstos no período, tendo esultado na fraca procura registada na concessão de crédito, principal base do negócio da instituição.

No decurso do exercício económico de 2023, várias foram as acções desenvolvidas pelo Conselho de Administração, com destaque para a mobilização de fundos no âmbito da implementação da linha de crédito REFP, resultante da cooperação entre o Governo de Moçambique e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, (International Found For Agricultural Devolpment, IFAD).

Ao nível da operacionalização da linha de crédito IFAD, houve a necessidade de uma aproximação junto ao gestor de Fundo para a harmonização dos termos e condições, tendo em conta a margem do retorno da taxa de juro e dos custos de operações associados a implementação da linha. Este processo corre seus trâmites, a expectativa é que a taxa de juro seja revista para 3% mensal contra a actual de 1.43%

A mobilização dos fundos do REFP, não só contribuiu para o aumento do volume de activos, como também, permitiu alavancar a carteira de crédito no período em 59%, em resultado do crédito concedido no período. Por outro lado, registou-se maior penetração e abrangência das operações no agronegócio nas zonas rurais, e fundamentalmente contribuiu para reforçar o papel social do Yingwe na consolidação da economia rural.

Os resultados alcançados neste período, remetem-nos a necessidade de um trabalho árduo por ser desenvolvido. Neste sentido, para o ano de 2024 a nossa perspectiva é continuar na mobilização de recursos com vista, a capitalização da instituição, sua rentabilidade e elevação dos níveis de produtividade. Igualmente continuaremos a apostar nas pontecialidades da juventude, e de forma muito especial na capacidade de tranformação que o género representa no sector produtivo.

Neste processo, o empenho e determinação dos colaboradores para a estabilidade da carteira, destaca-se de grande relevo, em particular o papel dos acionistas na continuidade da instituição através de vários esforços na realização do capital, pelo que, gostaríamos de continuar a contar com esta disponibilidade.

Em nome do Conselho de Administração, manifestar o reconhecimento e agradecimentos aos nossos Clientes por manterem a sua confiança no Yingwe Microbanco; aos nossos Accionistas pela lealdade e todo o suporte que nos têm concedido, e em especial aos Colaboradores, pela forma empenhada e profissional como têm conduzido a sua missão para a consolidação e crescimento da nossa instituição, e manifestamos o compromisso de com determinação, melhorar todos os dias para continuar a merecer desta confiança, que sempre depositaram neste grande projecto que o Yingwe Microbanco, representa.

O Conselho de Administração



Ana Mussanhane
(Presidente do Conselho de Administração do YMcB)

====ACTA/Ref^o. 01/YMCB/C.A/2024

===SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO YINGWE, MCB S.A.===

--- Pelas onze horas do décimo sétimo dia do mês de Janeiro do ano dois mil e vinte e quatro, em formato virtual através do aplicativo informático MS Teams, teve lugar a Reunião do Conselho de Administração do Yingwe -Mcb, SA.-----

---Participaram: -----

---Ana Salvador Bounene Mussanhane (PCA), Helena Bule (Administradora) e Aniceto Fernando (Administrador). E na qualidade de convidados a sessão contou com a presença dos Senhores Hélder José Adolfo Cumbe (D.E). e Augusto Vinte Sousa João Contabilista-----

---A sessão foi presidida pela Presidente do Conselho de Administração, a dr^a Ana Salvador Bouene Mussanhane, e teve a seguinte agenda de trabalhos: -----

---(i)Apresentação e Deliberação do Relatório de Actividades de 2023, -----

---(ii) Apresentação e Deliberação do Relatório Provisório de Contas do Exercício Económico de 2023 -----

---(iii) Diversos-----

Depois de aprovada a agenda de trabalhos coube ao Director Executivo, apresentar o primeiro ponto da agenda:(i)Apresentação e Deliberação do Relatório de Actividades de 2023, -----

---Na sequência, fez o ponto de situação da estrutura accionista da instituição, cuja posição do Capital Social a 31 de Dezembro de 2023 era de 23 milhões de meticais; falou também do processo de transmissão de acções em curso no Banco de Moçambique na sequência do pedido de retirada da sociedade dos accionistas Emanuel Mavie e Gregory Binkert, e dos desafios na capitalização do negócio, em particular a contratação dos fundos no âmbito do Projecto de Empreendimentos Rurais (REFP), e em seguida focalizou-se nas realizações no sector do crédito, principal negócio da instituição, nomeadamente o volume de crédito concedido, desembolsos efectuados, o grau de recuperação e o risco de crédito.-----

---Nos resultados alcançados, destacou o aumento do número e volume de créditos desembolsados no período na ordem de 43.54%, bem como do nível de reembolsos do crédito em 37%. Deu também a conhecer o aumento do volume da carteira de crédito em 37%, como efeito do crédito desembolsado.--

---Fez saber ainda, do impacto da implementação linha de financiamento IFAD que se traduziu num crescimento da carteira de crédito em 59%.-----



---Dos constrangimentos referiu-se da perda da carteira histórica do banco e a redução registada dos proveitos associada a baixa taxa de juro aplicada na nova linha de crédito, tendo destacado as acções em curso para a negociação dos termos e condições junto ao Gestor do Fundo.-----

---Ao nível da recuperação de crédito, destacou o elevado índice de endividamento, marcado pelo aparecimento de agiotas, e da conjuntura económica, apontando como uma das causas o atraso de salários na função pública, como factores negativos para a qualidade da carteira, embora se reconheça a necessidade de aprofundar as boas práticas na instrução dos processos de crédito.-----

---Terminada a apresentação do Relatório de actividades, seguiu-se a discussão pelos membros do Conselho de Administração, os quais apreciaram e manifestaram preocupação com os indicadores do atraso da carteira, tendo desafiado a gestão para mais rigor na reversão deste cenário. Assim, o Conselho de Administração deliberou a revisão dos critérios de análise do risco, e procedimentos de acompanhamento estatístico dos créditos, tendo em conta os principais factores da tendência da taxa de sinistralidade, em particular o atraso de salários na função pública.-----

---(ii) Apresentação e Deliberação do Relatório Provisório de Contas do Exercício Económico de 2023 (versão não auditada)-----

---Dando seguimento, o Dr. Augusto Vinte fez a apresentação do relatório de contas, tendo realçado a necessidade de auditoria de contas e o resultado negativo do período no valor de cerca de 2.2 milhões de meticais. Também manifestou preocupação com a corrosão dos rácios prudenciais, e desafiou o acompanhamento do capital social pelos accionistas e da recuperação do crédito.-----

---Contudo, fez notar o crescimento dos activos, em particular da carteira de crédito em resultado da contratação do empréstimo no Mozabanco ao nível do balanço, e nas demonstrações de resultados, a redução dos juros e rendimentos similares, se comparados com os resultados obtidos em 2022, e crescimento da margem financeira e o produto bancário.-----

---Da apreciação, o Conselho de Administração, deliberou provisoriamente, aprovar as contas do exercício económico de 2023, tendo-se recomendado à Direcção Executiva, o seguinte:

- (i) O início de trabalho de auditoria externa, e aplicação do resultado negativo aos prejuízos acumulados;
- (ii) Envio de contas provisórias para o parecer do Conselho Fiscal, e a posterior, as contas auditadas para a deliberação fina pela Assembleia Geral.-----

(iii) Diversos

---No ponto Diversos, nada foi apresentado.

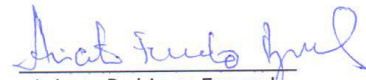


---A presente sessão, foi dada por encerrada por voltas das doze horas e trinta minutos e da qual foi lavrada a presente acta e será assinada por todos.-----

O Conselho de Administração



Ana Mussanhane
(Presidente do Conselho de Administração do YMcb)



Aniceto Rodrigues Fernando
(Administrador do YMcb)



Helena Bule
(Administradora do YMcb, S.A)



NOTAS	Categorias	2023	2022
1	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		
	Caixa fundo de maneiio	88	78
	Total	88	78
2	Disponibilidades em outras instituições de crédito		
	Depósito à ordem		
	Moeda nacional		
	BCI	863,166	781,832
	Fnb	130,486	85,347
	Moza Banco	98,975	
	Standard Bank	3,717	3,717
	Sub Total 1	1,096,344	870,896
3	Aplicações em Instituições de Crédito	0	0
	Sub Total (Moeda Nacional) (1)	0	0
7	Creditos a Clientes		
	Credito ao Consumo	910,101	760,362
	Credito ao Comercio	488,228	2,301,458
	Credito a Agro Investe	90,000	153,000
	Credito a Agro Investe 2	52,240	729,590
	Reprogramado	0	22,947
	IFAD - Comercio	3,862,938	
	IFAD - Agro Invest 1	70,000	
	IFAD - Agro Invest 2	1,004,748	
	Capital Vencido	1,653,038	1,238,756
	Juros Vencidos por Regularizar	271,790	158,141
	Juros de Mora	2,084	0
	Imparidades Acumuladas	-1,452,959	-1,021,964
	Sub Total	6,952,209	4,342,289
13.1	Activos Tangíveis		
	Outros activos tangíveis	3,004,465	2,978,470
	Sub Total	3,004,465	2,978,470

13.2	Amortizações acumuladas (Activos Tangíveis)		
	Outros activos tangíveis	970,786	835,205
	Sub Total	970,786	835,205
	Total Líquido Activos Tangíveis (13.1 - 13.2)	2,033,680	2,143,266
14.1	Activos Intangíveis		
	Outros activos intangíveis	277,853	228,753
	Sub Total	277,853	228,753
14.2	Amortizações acumuladas (Activos intangíveis)		
	Outros activos intangíveis	201,545	150,246
	Sub Total	201,545	150,246
	Total Líquido Activos Intangíveis(14.1 - 14.2)	76,308	78,507
16	Activos por impostos correntes		
	Pagamento Especial por conta	360,000	330,000
	Sub Total	360,000	330,000
19	Outros Activos		
	Devedores Diversos*	69,342	54,587
	Sub Total	69,342	54,587
	Total de Activo	10,587,971	7,819,623

* inclui valor debitado ao Sr Mario Damião e Seguros

Os saldos devedores das rubricas 242 e 248 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

O Técnico de Contas

(Augusto Vinte Sousa João)
Licença Nº 563/CC/OCAM/2013

O Director Executivo
Mingwe
MCB - microbanca, sc
Helder Jose MORRUMBENE

MODELO III
Balanco - Contas Individuais (Passivo)

(Montantes expres (Montantes expressos em meticais

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano	
		2023	2022
Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	20	
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	21	
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	22	
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	23	
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	24	9,882,391
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	25	
44	Derivados de cobertura	26	
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	27	
47	Provisões	28	0
490	Passivos por impostos correntes	29	0
491	Passivos por impostos diferidos	30	0
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	31	
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	32	
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	33	44,267
	Total de Passivo		9,926,658
	Capital		
55	Capital	34	23,000,018
602	Prémios de emissão	35	0
57	Outros instrumentos de capital	36	0
56	(Ações próprias)	37	
58 + 59	Reservas de reavaliação	38	
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	39	-20,123,306
64	Resultado do exercício		-2,215,400
63	(Dividendos antecipados)		-1,946,164
62	Interesses minoritários		
	Total de Capital		661,312
	Total de Passivo + Capital		10,587,971

Os valores negativos das rubricas 742 e 748 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

O Técnico das Contas

Augusto Vinte Sousa João
Licença Nº 563/C/OCAM/2013

O Director
Yingwe
MCB - microbanco, sc
Heitor Jose MORRUMBENE

YINGWE MICROBANCO, SA

NOTAS	Categorias	2023	2022
24	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos		
	Médio e longo prazo		
	Sociedades Financeiras		
	Gapi, SI	4,882,391	4,882,391
	Moza Banco	5,000,000	
	Total de Empréstimos	9,882,391	4,882,391
33	Outros Passivos		
	Rendimento de Trabalho dependente	16,469	27,302
	Rendimento de Trabalho independente	4,500	9,000
	INSS	11,687	19,671
	Credores Clientes por Identificar	11,234	4,536
	Outros Credores Diversos	0	0
	Sobrepago/Overpayment	377	11
	Total de Credores e Outros Recursos	44,267	60,520
34	Capital		
	Capital subscrito e realizado		
	Gapi, SA	15,610,812	15,610,812
	Liana Investimentos	6,379,006	6,379,006
	PGB Investimentos	472,500	472,500
	Gregoy Binkert	225,000	225,000
	Emanuel Mavie	312,700	312,700
	Total	23,000,018	23,000,018
39	Outras reservas e resultados transitados		
	Resultados Transitados	-20,123,306	-18,177,143
	Resultado Corrente	-2,215,400	-1,946,164
	Total	-22,338,706	-20,123,306
	Total de Passivo	10,587,971	7,819,623

Os saldos negativos das rubricas 34/ e 39/ são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

O Técnico de Contas

(Augusto Vime Sousa João)
Licença Nº 563/CC/OCAM/2013

O Director Executivo
Yingwe
MCB - microbanco, sc
(Helder José MORRUMBENE)

MODELO IV


Demonstração de Resultados - Contas Individuais

(Montantes expressos em metcais)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano		
		2023	Ano anterior 2022	
79 + 80	Juros e rendimentos similares	43	3,374,562	3,519,638
66 + 67	Juros e encargos similares	44	114,445	3,119
	Margem financeira		3,260,117	3,516,519
82	Rendimentos de instrumentos de capital	45		
81	Rendimentos com serviços e comissões	46	546,110	268,380
68	Encargos com serviços e comissões	47	52,286	32,027
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	48		
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	49		
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	50	0	0
- 691 - 697 - 699 (1) - 724 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 842 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	51		
	Prémios líquidos de resseguro	52		
	Custos com sinistros líquidos de resseguro	53		
	Varição das provisões técnicas líquidas de resseguro	54		
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 842 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	55	-145,261	-20,197
	Produto bancário		3,608,681	3,732,675
70	Custos com pessoal	56	2,950,933	3,264,316
71	Gastos gerais administrativos	57	2,204,685	2,191,198
77	Amortizações do exercício	58	186,880	195,308
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	59	0	-12,375
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	60	481,582	40,392
767 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	61		
	Resultados antes de impostos		-2,215,400	-1,946,164
65	Impostos Correntes			
74 - 86	Diferidos			
640	Resultados após impostos		-2,215,400	-1,946,164
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

As rubricas 742 e 748 são inscritas no activo e os saldos credores no passivo.

O Técnico de Contas


Augusto Vinie Sousa João
Licença Nº 5633/CUCAM/2013

O Director


MCB - microbanco, sc
Helder José MORRUMBENE

YINGWE MICROBANCO, SA


NOTAS	Categorias	2023	2022
43	Juros e rendimentos similares		
	Juros de Empréstimos Concedidos	3,108,391	3,426,857
	Juros de Créditos Vencidos e Juros de Mora	266,172	92,781
	Total	3,374,562	3,519,638
44	Juros e encargos similares		
	Juros de empréstimo Ifs	114,445	3,119
	Total	114,445	3,119
45	Rendimentos de instrumentos de capital		
46	Rendimentos com serviços e comissões		
	Taxas de Contratação e abertura do Processo	546,110	268,380
	Total	546,110	268,380
47	Encargos com serviços e comissões		
	Comissão de Livro de Cheques, ext. e Transf. Valores	52,286	32,027
	Total	52,286	32,027
55	Outros Resultados de Exploração		
	Outras encargos e gastos operacionais		
	Donativos a Instituições Públicas e Privadas	(51,255)	(12,000)
	Multas e outras penalidades legais	-	(50)
	Regularização Exercícios Anteriores	(85,341)	(5,530)
	Ganhos e Recuperação de Créditos de clientes	5,697	7,056
	Ganhos Realizáveis	-	-
	Reembolso de despesas	-	12,100
	Outros impostos	(14,362)	(21,773)
	Sub Total	(145,261)	(20,197)
56	Custos com pessoal		
	Salário Mensal+Encargos de Remunerações	2,878,008	3,230,096
	Assistência Social	72,925	34,220
	Total	2,950,933	3,264,316

57	Gastos gerais administrativos		
	Custos Operacionais	-	-
	Água, energia e combustíveis	654,233	579,214
	Impressos e material de consumo corrente	91,660	95,474
	Material para assistência e reparação	56,110	132,225
	Material de Higiene e Limpeza	29,474	35,405
	Fardamento e Calçado	23,920	1,692
	Ferramentas e Utensílios	-	2,270
	Rendas e Aluguer de Casa	1,000	-
	Aluguer de outro Equipamento	2,100	
	Comunicações e despesas de expedição	89,399	97,627
	Transporte e Portagens	15,848	12,220
	Ajudas de custo	27,348	8,250
	Alojamento	86,300	93,000
	Despesas de representação	154,066	142,518
	Publicidade	-	-
	Manutenção e Reparação Imóveis	27,600	24,950
	Manutenção e Reparação Equipamentos	57,662	132,054
	Transporte	2,500	
	Outros tipos de Seguro	10,500	10,500
	Avenças e honorários	872,300	756,250
	Serviços de contencioso e notariado	2,665	67,550
	Total	2,204,685	2,191,198
58	Amortizações do exercício		
	Imóveis+Equipamentos	186,880	195,308
	Total	186,880	195,308
59	Provisões líquidas de reposições e anulações		
	Provisões Férias diferidas	-	12,375
	Total	-	12,375
60	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquida de Reversões e Recuperações		
	Perdas de Imparidades de Crédito a Clientes	71,640	22,075
	Perdas de Juros com Imparidades	852,319	1,490,784
	Reversão e Recuperação de Perdas com Imparidades	-442,378	-1,472,468
	Total	481,582	40,392
	Lucro/Prejuízo do Exercício	-2,215,400	-1,946,164

O Técnico de Contas

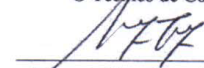

 (Augusto Vinte Sousa João)
 Licença N.º 563/CC/OCAM/2013

O Director Executivo


 (Hélder José Cumbe)

Descrição	Notas	2023	2022
Actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		(2 215 400)	(1 946 164)
Juros e similares (líquido)		(3 260 117)	(3 516 519)
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações		186 880	195 308
Perdas por imparidade de crédito		-	-
Variação de empréstimos e adiantamentos a clientes	11	(2 609 919)	(592 358)
Variação de outros activos operacionais		(231 635)	(223 459)
Variação de passivos operacionais	15,16	4 983 747	(374 736)
Imposto sobre o rendimento			
Cash flow gerado / (usado) das actividades operacionais		(3 146 444)	(6 457 927)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	13	109 586	-
Aquisição de activos intangíveis		-	91 990
Alienação/Abate activos tangíveis	14	2 199	6 587
Cash flow usado nas actividades de investimento		111 785	98 577
Fluxo de Caixa de Actividades Financeiras			
Recebimentos Respeitantes a:			
Aumento de Capital Social	17	-	3 000 000
Caixa Líquida usada nas Actividades Financeiras		-	3 000 000
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		3 260 117	3 516 519
Caixa líquida usada nas actividades de investimentos		3 260 117	3 516 519
Variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		870 974	713 804
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1 096 432	870 974

O Técnico de Contas


 (Augusto Vinte Sousa João)
 Licença N° 563/CC/OCAM/2013


O Director Executivo

 MCB - microbanco (s) a
 MORRUMBENE

Variação de Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	23 000 018,00	0,00	(18 177 142,00)	4 822 876,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	0,00	0,00	(1 946 164,00)	(1 946 164,00)
Dividendos do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	23 000 018,00	0,00	(20 123 306,00)	2 876 712,00
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	23 000 018,00	0,00	(20 123 306,00)	2 876 712,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	0,00	0,00	(2 215 400,00)	(2 215 400,00)
Dividendos do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	23 000 018,00	0,00	(22 338 706,00)	661 312,00

O Técnico de Contas



(Augusto Vinte Sousa João)
Licença Nº 563/CCOCAM/2013

Director Executivo
Yinawe SA
MCE - MCB
(Helder José Cumbre)

YINGWE MICROBANCO,S.A

Relatório de Gestão

Conselho de Administração

Aos

Senhores Accionistas do Yingwe Microbanco, S.A

Prezados Senhores Accionistas,

Este relatório apresenta o grau de implementação e cumprimento de actividades desenvolvidas pelo Yingwe Microbanco, referentes ao exercício económico de 2023, com destaque para a concessão e recuperação de crédito.

Morrumbene, aos 31 de Dezembro de 2023

O Conselho de Administração



Ana Mussanhane
(PCA)

Âmbito e Objectivos do Relatório

O presente relatório, enquadra-se no domínio do acompanhamento de actividades desenvolvidas pela gestão do Yingwe Microbanco na promoção e expansão da carteira de crédito.

O período de análise é de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2023, e o objectivo fundamental do relatório, circunscreve-se no seguinte:

- Analisar as actividades desenvolvidas e resultados obtidos no exercício económico de 2023;
- Avaliar o grau de cumprimento e conformação do Yingwe-Mcb aos indicadores prudenciais;e
- Avaliar o desempenho do Yingwe.

1.Introdução

O Yingwe -Mcb é um microbanco constituído a 23 de Abril de 2008, sediado na Vila de Morrumbene, Província de Inhambane, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Maputo sob o nº 100050692, NUIT 400195870, devidamente constituído e legalmente autorizado pelo Banco de Moçambique para o exercício de actividade de microfinanças, exceptuando a captação de depósitos. O capital social subscrito é de 23 milhões, que resulta de cinco (5) accionistas com as seguintes participações: Gapi 67,87%, Liana Investimentos Ida 27,73% PGB, Ida 2.5% Emanuel Mavie 0.98%, e Gregor Binkert 1.36%.

O presente relatório, visa dar a conhecer aos accionistas do Yingwe, Microbanco sobre as principais alterações ocorridas na implementação da carteira de crédito, no decurso das actividades realizadas no exercício económico de 2023. Para melhor compreensão, os dados são apresentados de forma comparativa com o exercício económico de 2022.

2. Demonstração da Posição Financeira

Com referência a 31 de Dezembro de 2023, a caixa disponibilidades em banco central e outras instituições de crédito, encerrou com um saldo na ordem de 1 milhão de meticais, contra 870 MZN do exercício anterior, o correspondente a um incremento na ordem de 25%.

No decurso do exercício económico de 2023, várias foram as acções desenvolvidas pelo Conselho de Administração, com destaque para a mobilização de fundos no âmbito da implementação da linha de crédito REFP, resultante da cooperação entre o Governo de Moçambique e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, (International Found For Agricultural Devolpment, IFAD).

Na sequência, verificou-se uma redução dos fundos próprios de 2.2 milhões em 2022 para 661 mil meticais no período em análise. Em contrapartida, o volume de activos aumentou para de 10 milhões MZN, contra 7.8 milhões do ano passado, o equivalente a um incremento de 28%, o que permitiu alavancar o volume do crédito concedido e conseqüentemente da carteira de crédito no período em 59%. A carteira líquida livre das imparidades fixou-se em 6.9 milhões MZN, contra 4.3 milhões do período homólogo.

Por outro lado, houve maior expansão e abrangência das operações, em particular nos sectores do agronegócio e da comercialização rural, o que contribuiu na consolidação da economia rural.

2.1 Margem Financeira

A margem financeira reduziu de 3.5 milhões de meticais em 2022 para cerca de 3.2 milhões no período em análise, o que corresponde a uma redução na ordem de 9.3%. Apesar do aumento registado no volume de carteira, e nas comissões de crédito, esta redução deve-se ao fraco desempenho da carteira associado a baixa taxa de juro aplicada na nova linha de crédito, e tendo em conta o impacto do seu volume na estrutura global de negócios. O produto bancário também reduziu em 2023 de 3.6 milhões para 3.7 milhões em 2022.

3. Imparidades de Crédito e Qualidade dos Activos

As imparidades de outros activos líquidos de reversões e recuperações no período, situaram-se na ordem de 481 mil meticais, contra cerca de 40 mil meticais do ano anterior. Este resultado traduz-se na baixa capacidade de recuperação e nos desafios na qualidade de crédito no período em análise.

3. Resultado do Exercício

Apesar dos esforços desenvolvidos na captação de novos clientes, expansão dos serviços da instituição, e a injeção de fundos pelos accionistas para alavancagem da carteira, registou-se no período um resultado negativo de 2.2 milhões MZN, contra 1.9 milhões MZN positivo do ano anterior. Em parte este resultado é consequência dos resultados negativos acumulados dos exercícios anteriores, associado ao fraco desempenho da carteira, em particular os constrangimentos na recuperação.

4. Alguns Indicadores Prudenciais

ÍNDICES	Valor em milhares		Limite
	20 000	23 000	
	Dez-22	dez/23	
1-RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS			
1.1 - Na óptica Prudencial (Valores em milhares Mts)	- 1 810,87	- 1 024,12	*
2-RÁCIO DE SOLVABILIDADE			
2.1 - Na óptica Prudencial (%)	-23,74%	-10,43%	8,00%
3-RÁCIO DE COBERTURA DE RESPONSABILIDADES			
3.1 - Na óptica Prudencial (Valores em milhares Mts)	292,93	- 1 955,43	**
4-RÁCIO DE LIMITE AS IMOBILIZAÇÕES			
4.1 - Na óptica Prudencial (%)	-81,51%	-48,54%	***
5-RACIO DE LIQUIDEZ			
5.1 - Na óptica Prudencial (%)	18,56%	12,18%	25,00%

5. Conclusões e Recomendações

Houve algum esforço para dinamizar a carteira de crédito, tendo-se registado um crescimento no volume da carteira na ordem de 59%, o que contribuiu para o aumento dos activos totais no período em 28%, embora o resultado do exercício seja negativo.

Foi também notório o esforço desenvolvido para assegurar o ríptimo da carteira, bem como na reversão do crédito malparado, embora os desafios que presistem neste âmbito face ao impacto da crise económica.

Continuaremos com acções de acompanhamento para dinamizar a carteira crédito com vista a sua sustentabilidade. Neste esforços, a conformidade prudencial da carteira é fundamental, pelo que reconhecemos a necessidade de melhorar a recuperação de crédito e reduzir a concentração do risco, capitalizar os proveitos, como desafios.



INGWE MICROBANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Meticals)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, em conformidade com o Aviso N° 04/GGBM/2007 de 30 de Março, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados é da Administração do **Yingwe Microbanco, S.A.**

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2023, foram preparadas de acordo com as NIRF, a luz da consagrada, pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, bem assim com a estrutura conceptual para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Baseado em previsões e recursos financeiros disponíveis. A Administração não possui conhecimento de qualquer razão que possa perigar a continuidade da instituição num futuro previsível.

A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno, apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição em 01 de Fevereiro de 2024 e vão assinadas em seu nome pelo:

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Yingwe Microbanco, SA** relativas à 31 DE DEZEMBRO DE 2023, que compreendem a Posição Financeira (que evidência um activo total de **10.587.971** Meticais e Capital Próprio no montante de **661.312** Meticais, incluindo um prejuízo no montante de **2.215.400** Meticais), a Demonstração de Resultados, relativas ao período findo naquela data, a Demonstração de alterações no capital próprio e **notas às demonstrações financeiras**. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Yingwe Microbanco, SA**. em 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e o seu desempenho financeiro no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos destas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com o *Código de Ética para os Contabilistas Profissionais (Código IESBA)* e com base nos demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa opinião.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade da Direcção. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração sobre as demonstrações financeiras

O Conselho de Administração do **Yingwe Microbanco, SA**, é responsável pela preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções devido a erro ou fraude.

Quando prepara Demonstrações Financeiras o Conselho de Administração, é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração, tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA's detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA's, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do **Yingwe Microbanco, SA**.

Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do **Yingwe Microbanco, SA** para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Maputo, 28 de Março de 2024

CAT CONSULTORES, LDA
14/SCA/OCAM/2015



Agostinho A. Fernando
Auditor 69/CA/OCAM/2014

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Descrição	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	5	3.374.562	3.519.638
Juros e encargos similares	6	114.445	3.119
Margem financeira		3.260.117	3.516.519
Rendimentos com serviços e comissões		546.110	268.380
Encargos com serviços e comissões		52.286	32.027
Outros resultados de exploração	7	(145.261)	(20.197)
Produto bancário		3.608.681	3.732.675
Custos com pessoal		(2.950.933)	(3.264.316)
Gastos gerais administrativos	8	(2.204.685)	(2.191.198)
Amortizações do exercício		(186.880)	(195.308)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	12.375
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9	(481.582)	(40.392)
		(5.824.081)	(5.789.838)
Resultados antes de impostos		(2.215.400)	(1.946.164)
Impostos		-	-
Correntes		-	-
Diferidos		-	-
Resultados após impostos		(2.215.400)	(1.946.164)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Descrição	Notas	2023	2022
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10	88	78
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	1.096.344	870.896
Crédito a clientes	12	6.952.209	4.342.289
Activos tangíveis	13	2.033.680	2.143.266
Activos intangíveis	14	76.308	78.507
Activos por impostos correntes		360.000	330.000
Outros activos		69.342	54.587
Total de activos		10.587.971	7.819.623
Passivo			
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	9.882.391	4.882.391
Outros passivos	16	44.267	60.520
Total de Passivo		9.926.658	4.942.911
Capital			
Capital social	17	23.000.018	20.000.018
Outras reservas e resultados transitados		(20.123.306)	(18.177.142)
Resultado do exercício		(2.215.400)	(1.946.164)
Total de Capital		661.312	2.876.712
Total de Passivo e Capital		10.587.971	7.819.623

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Descrição	Notas	2023	2022
Actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		(2.215.400)	(1.946.164)
Juros e similares (líquido)		(3.260.117)	(3.516.519)
<u>Ajustamentos de:</u>			
Depreciações e amortizações		186.880	195.308
Perdas por imparidade de crédito		-	-
Varição de empréstimos e adiantamentos a clientes	11	(2.609.919)	(592.358)
Varição de outros activos operacionais		(231.635)	(223.459)
Varição de passivos operacionais	15.16	4.983.747	(374.736)
Imposto sobre o rendimento			
Cash flow gerado / (usado) das actividades operacionais		(3.146.445)	(6.457.927)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	13	109.586	-
Alienação/Abate de activos tangíveis		-	91.990
Aquisição de activos intangíveis	14	2.199	6.587
Cash flow usado nas actividades de investimento		111.785	98.577
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumento de capital social	17	-	3.000.000
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		-	3.000.000
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		3.260.117	3.516.519
Caixa líquida usada nas actividades de investimentos		3.260.117	3.516.519
Varição de caixa e equivalentes de caixa		225.458	157.169
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		870.974	713.804
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1.096.432	870.974

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Descrição	Capital social	Resultados Transitados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	23.000.018	(18.177.142)	4.822.876
Aumento de capital	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	(1.946.164)	(1.946.164)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	23.000.018	(20.123.306)	2.876.713
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	23.000.018	(20.123.306)	2.876.713
Aumento de capital	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	(2.215.400)	(2.215.400)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	23.000.018	(22.338.706)	661.312

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1.	Introdução	32
2.	Princípios contabilísticos	33
3.	Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas	40
4.	Alterações nas políticas contabilísticas	41
5.	Juros e rendimentos similares	42
6.	Juros e encargos similares	42
7.	Outros resultados de exploração	42
8.	Gastos Gerais Administrativos	43
9.	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	43
10.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	44
11.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	44
12.	Crédito à clientes	44
13.	Activos tangíveis	45
14.	Activos intangíveis	45
15.	Recursos de clientes e outros empréstimos	45
16.	Outros passivos	45
17.	Capital	46
18.	Contingências e compromissos	46
19.	Gestão de riscos financeiros	46
20.	Continuidade	47
21.	Eventos subsequentes	47

I. Introdução

O **Yingwe Microbanco, S.A.** é uma sociedade anónima que opera no sector financeiro, com sede em Morrumbene - Inhambane. A entidade é uma instituição de Microfinanças que presta serviços de concessão de crédito de curto, médio ou longo prazo, a pequenas e médias empresas ou pessoas singulares.

I.1. Bases de preparação e declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, baseada no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e em cumprimento ao disposto no Aviso 04/GGBM/2007 de 30 de Março de 2007 e nas disposições complementares, e de acordo com as normas emanadas pelo Banco de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo as Normas Internacionais, com base no princípio do custo histórico e de acordo com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma e materialidade.

Exceptuando ligeiras sintetizações, a forma de apresentação, as demonstrações financeiras anexas estão expressas em Meticais e foram preparadas pela Yingwe Microbanco, S.A. a partir dos seus registos contabilísticos e que irão ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral dos accionistas.

Continuidade das operações

Em referência a 31 de Dezembro de 2023, a Sociedade apresenta prejuízos acumulados no montante de 22 338 706 Meticais (2022: 20 123 306 Meticais), originando um capital próprio de 661 312 Meticais (2022: 2 876 712 Meticais). O capital próprio representa menos de metade do capital social, o que coloca o Microbanco perante a situação prevista no artigo 119 do Código Comercial.

Para mitigar esta situação, foram já tomadas as seguintes medidas:

- ✓ Aumento de capital social em 23 000 018 Meticais subscrito e realizado pelos accionistas GAPI e LIANA INVESTIMENTOS;
- ✓ Abertura de Capital para entrada de novos accionistas na Sociedade.

2. Princípios contabilísticos

2.1. Operações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticais que constitui moeda funcional e de apresentação utilizada pela entidade nas suas operações e demonstrações financeiras.

As operações em moeda estrangeiras são inicialmente convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data de transação, à data da Posição Financeira os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais a taxa média divulgada pelo Banco de Moçambique, sendo as diferenças cambiais não realizadas reconhecidas nas demonstrações de resultados no período a que dizem respeito.

Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transação ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados pelo justo valor são convertidos a taxa de câmbio em vigor na data de determinação do Justo valor.

2.2. Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados da demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores apresentados na Posição Financeira em caixa e depósitos em instituições de crédito.

2.3. Activos e passivos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na Posição Financeira da entidade na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, excepto perdas e passivos ao justo através dos resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante no qual um ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais do mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente ao preço da transação.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação o caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transações de forma regular.

A entidade avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham impacto sobre os fluxos futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade que incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação do capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

i) Activos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como sendo activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados na Posição Financeira pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício.

ii) Investimentos detidos até a maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que a entidade tem a intenção e capacidade de deter até a data de seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, tomando em consideração qualquer desconto ou prémio de aquisição e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método de taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, o qual permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período da operação financeira. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

A entidade avalia, individualmente, se existe evidência de imparidade para os ativos financeiros detidos até a maturidade. Caso exista evidência objetiva de que foi incorrida uma perda por imparidade, o montante da perda é determinado pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros dos activos. A quantia escriturada do activo é reduzida e a perda é reconhecida na demonstração dos resultados.

Se, em períodos subsequentes, o montante da perda por imparidade reduzir em virtude de um evento após o reconhecimento da perda, quaisquer montantes anteriormente registados devem ser ajustados.

iii) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, e maturidade fixa, não cotado em mercados activos.

No reconhecimento inicial os empréstimos e contas a receber são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes activos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeito a testes de imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 estabelece requisitos a reconhecer e mensurar activos financeiros, passivos financeiros e alguns contractos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui a IAS 39 instrumentos financeiros: reconhecimentos e mensuração. Os requisitos da IFRS 9 representam uma alteração significativa da IAS 39. A nova norma apresenta alterações fundamentais na contabilização de activos financeiros e em certos aspectos alterações fundamentais da contabilização de passivos financeiros.

Classificação

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para activos financeiros: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) justo valor através de lucros ou prejuízos. A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios na qual o activo financeiro é gerido e suas características de fluxos de caixa contratuais. Esta norma elimina as categorias anteriores da IAS 39 as categorias de detidos até a maturidade, empréstimos e contas a receber e disponíveis para a venda. De acordo com a IFRS 9, os derivados incorporados nos contractos nos quais o “host” é um activo financeiro no âmbito da norma nunca são separados. Invés disso, os instrumentos financeiros híbridos como um todo são avaliados para fins de classificação.

A IFRS 9 retém em grande parte os requisitos existentes na IAS 39, para a classificação dos passivos financeiros. No entanto embora de acordo com a IAS 39, todas as alterações no justo valor dos passivos designados na opção de justo valor foram reconhecidas nos lucros ou prejuízos. De acordo com a IFRS 9, as variações no justo valor são geralmente apresentadas da seguinte forma:

O valor da alteração do justo valor que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentado em outro rendimento integral; e

O valor remanescente da variação do justo valor é apresentado nos lucros ou prejuízos.

Imparidade de activos financeiros

A IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” na IAS 39, por um modelo de “perda esperada de crédito”. O novo modelo de imparidade também se aplica a determinados compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mas não a investimentos de capital.

De acordo com a IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo relativamente a IAS.

2.4. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzindo as amortizações e as perdas por imparidades acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que eles resultarão benefícios económicos para a entidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Activos tangíveis	Vida útil esperada (em anos)	Método de contabilização
Equipamento de transporte	4-5	Quotas constantes
Mobiliário social e administrativo	6	Quotas constantes
Equipamento básico	4-6	Quotas constantes
Ferramentas e utensílios	4	Quotas constantes

A entidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis, as alterações da vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou o contrato de arrendamento.

Um item dos activos tangíveis deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desreconhecimento.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis da entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.5. Provisões

A entidade constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados reactivamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade a data de balanço.

2.6. Reconhecimento dos rendimentos e gastos

O rédito é reconhecido desde que seja provável que irão fluir benefícios económicos para a entidade e desde que o rendimento possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento de rendimentos obedece, ainda, os seguintes critérios:

Juros, rendimentos e gastos equiparados

Para todos os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado e juros relacionados com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para a venda, os gastos e rendimentos de juros são registados a taxa de juro efectiva a qual apresenta a taxa que desconta os futuros pagamentos estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou período mais curto, se apropriado, para a quantia escriturada do activo, ou passivo financeiro. O cálculo toma em consideração todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros e inclui comissões ou custos adicionais directamente relacionados com o instrumento e que se consideram uma parte integrante da taxa de juro efectiva, não considerando perdas futuras.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação de perda de imparidade.

Rendimentos de taxas e comissões

A entidade obtém taxas e comissões de serviços prestados aos seus clientes. Tais rendimentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

Receitas obtidas por serviços prestados durante um determinado período de tempo

Os rendimentos obtidos por serviços prestados durante um determinado período de tempo, onde se incluem as comissões, são especializados e reconhecidos no período correspondente.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transação com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transação.

2.7. Imposto sobre o rendimento

O total dos gastos de impostos registados em resultados, engloba os impostos correntes e os impostos deferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo e passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar as autoridades fiscais. A taxa legal do imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor a data da Posição Financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o que difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos a matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos ou passivos correspondem ao valor de imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo passivo na Posição Financeira e a sua tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos de activos.

Os impostos diferidos de activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (corrente ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de fundos próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de fundos próprios, não afectando o resultado do exercício.

2.8. Benefícios dos empregados

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos.

2.9. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a responsabilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.10. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Posição Financeira (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Posição Financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As Principais estimativas contabilísticas utilizadas pela entidade são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A entidade reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar o futuro, resultado em alterações dos montantes constituídos para fazer face as perdas efectivas.

Adicionalmente a análise de imparidade individual, a entidade efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face a situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A entidade considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são geralmente determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o enquadramento das suas operações, a qual é suscetível de poder vir a ser questionada pelas autoridades fiscais.

4. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício findo em **31 DE DEZEMBRO DE 2023**, não ocorreu qualquer alteração de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desse exercício.

5. Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares apresenta-se como segue

Descrição	2023	2022
Juros de empréstimos concedidos	3.108.391	3.426.857
Juros de créditos vencidos e juros de mora	266.171	92.781
Total	3.374.562	3.519.638

6. Juros e encargos similares

Os juros e encargos similares apresentam-se como segue:

Descrição	2023	2022
Juros de empréstimo IFs	114.445	3.119
Total	114.445	3.119

7. Outros resultados de exploração

Os Outros resultados de exploração apresentam-se como segue:

Descrição	2023	2022
Donativos a Instituições Publicas e Privadas	(51.255)	(12.000)
Multas e outras penalidades legais	-	(50)
Regularização Exercícios Anteriores	(85.341)	(5.530)
Ganhos e Recuperação de Créditos de clientes	5.697	7.056
Reembolso de despesas	-	12.100
Outros impostos	(14.362)	(21.773)
Total	(145.261)	(20.197)

8. Gastos Gerais Administrativos

Os gastos gerais administrativos apresentam-se conforme segue:

Descrição	2023	2022
Água, energia e combustíveis	654.233	579.214
Impressos e material de consumo corrente	91.660	95.474
Material para assistência e reparação	56.110	132.225
Material de higiene e limpeza	29.474	35.405
Fardamento e calçado	23.920	1.692
Ferramentas e utensílios	-	2.270
Rendas e aluguer de casa	1.000	-
Aluguer de outro equipamento	2.100	-
Comunicações e despesas de expedição	89.399	97.627
Transporte e portagens	15.848	12.220
Ajudas de custo	27.348	8.250
Alojamento	86.300	93.000
Despesas de representação	154.066	142.518
Manutenção e Reparação Imóveis	27.600	24.950
Manutenção e Reparação Equipamentos	57.662	132.054
Transporte	2.500	
Outros tipos de Seguro	10.500	10.500
Avenças e honorários	872.300	756.250
Serviços de contencioso e notariado	2.665	67.550
Total	2.204.685	2.191.198

9. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações apresentam-se como segue:

Descrição	2023	2022
Perdas de imparidades de crédito a clientes	71.640	22.075
Perdas de juros com imparidades	852.319	1.490.784
Reversão e recuperação de perdas com imparidades	(442.378)	(1.472.468)
Total	481.582	40.392

10. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O Caixa e disponibilidades em bancos centrais apresenta-se como segue:

Descrição	2023	2022
Caixa fundo de maneo	88	78
Total	88	78

11. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2023	2022
BCI	863.166	781.832
Fnb	130.486	85.347
Moza Banco	98.975	
Standard Bank	3.717	3.717
Total	1.096.344	870.896

12. Crédito à clientes

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	2023	2022
Credito ao Consumo	910.101	760.362
Credito ao Comercio	488.228	2.301.458
Credito a Agro Investe	90.000	153.000
Credito a Agro Investe 2	52.240	729.590
Reprogramado	-	22.947
IFAD - Comercio	3.862.938	-
IFAD - Agro Invest 1	70.000	-
IFAD - Agro Invest 2	1.004.748	-
Capital Vencido	1.653.038	1.238.756
Juros Vencidos por Regularizar	271.790	158.141
Juros de Mora	2.084	-
Imparidades Acumuladas	(1.452.959)	(1.021.964)
Total	6.952.209	4.342.289

13. Activos tangíveis

Descrição	2023	2022
Outros activos tangíveis	3.004.465	2.978.470
Outros Activos	-	-
Sub Total	3.004.465	2.978.470
Amortizações acumuladas (Activos Tangíveis)		
Outros activos tangíveis	(970.786)	(835.205)
Sub Total	(970.786)	(835.205)
Total	2.033.680	2.143.266

14. Activos intangíveis

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2023	2022
Outros activos intangíveis		
Sub Total	277.853	228.753
	277.853	228.753
Amortizações acumuladas (Activos intangíveis)		
Outros activos intangíveis	(201.545)	(150.246)
Sub Total	(201.545)	(150.246)
Total	76.308	78.507

15. Recursos de clientes e outros empréstimos

A rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2023	2022
Gapi (i)	4.882.391	4.882.391
Moza Banco	5.000.000	-
Total	9.882.391	4.882.391

16. Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta-se conforme a tabela abaixo:

Descrição	2023	2022
Rendimento de trabalho dependente	16.469	27.302
Rendimento de trabalho independente	4.500	9.000
Inss	11.687	19.671
Credores clientes por identificar	11.234	4.536
Sobrepagto/overpayment	377	11
Total	44.267	60.520

17. Capital

O Capital social apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2023	2022
Gapi, SA	15.610.812	12.910.812
Liana Investimentos	6.379.006	6.079.006
PGB Investimentos	472.500	472.500
Gregoy Binkert	225.000	225.000
Emanuel Mavie	312.700	312.700
Total	23.000.018	20.000.018

18. Contingências e compromissos

A data da Posição Financeira a entidade não possuía nenhuma contingência e passivo.

19. Gestão de riscos financeiros

A entidade encontra-se exposta essencialmente ao (i) risco de mercado, (ii) risco de liquidez e (iii) risco de crédito. O principal objetivo da Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das actividades da entidade. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da entidade, o qual determina quais são os riscos aceitáveis.

Risco do mercado

São de particular importância na gestão do risco de mercado o risco de taxa de juro e o risco de taxa de câmbio.

a) Risco de taxa de juro

A exposição da entidade à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de curto prazo que são constituídos na sua maioria por “*overdrafts*”. O objectivo da entidade é limitar a volatilidade dos fluxos de caixa e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação das reservas em moeda estrangeira em banco.

b) Risco de taxa de câmbio

A entidade está exposta ao risco de taxa de câmbio nas transacções relativas a vendas e prestações de serviços em USDs, sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à volatilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada pela concentração de disponibilidade de USDs.

Risco de Liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a entidade tenha disponível, a todo momento os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos através de uma adequada gestão de maturidade dos financiamentos.

A entidade prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Risco de crédito

A entidade está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e quantitativa, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela companhia que sendo nulas, estando, portanto, ao seu justo valor.

20. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas presumido que a entidade está em continuidade e manterá as suas actividades no futuro previsível.

21. Eventos subsequentes

Após a data da Posição Financeira e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a entidade que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgações das mesmas.

